



Peer Review Report


PEER REVIEW REPORT FOR:

Sessin-Dilascio, K., Rossi, C. B., & Sinisgalli, P. A. A. (2023). Technique for the analysis of social participation in councils: Operationalizing concepts. *Revista de Administração Contemporânea*, 27(1), e210258. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2022210258.en>

HOW TO CITE THIS PEER REVIEW REPORT:

Sessin-Dilascio, K., Rossi, C. B., Sinisgalli, P. A. A., & Emmendoerfer, M. L. (2022). Peer review report for: Technique for the analysis of social participation in councils: Operationalizing concepts. RAC. *Revista de Administração Contemporânea*. Zenodo. <https://doi.org/10.5281/zenodo.7105670>

REVIEWERS:

-  Magnus Luiz Emmendoerfer (Universidade Federal de Viçosa, Brazil)
The other reviewer did not authorize the disclosure of his/her report.

ROUND 1

Reviewer 1 report

Reviewer 1 for this round chose not to disclose his/her review report.

Reviewer 2 report

Reviewer: Magnus Luiz Emmendoerfer

Date review returned: December 22, 2021

Recommendation: Major revision

Comments to the authors

O trabalho apresenta uma discussão relevante e contemporânea para problemas conhecidos com indicativos direcionados a melhoria do processo de governança pública sob um viés democrático e participativo. Nesse sentido, são apresentadas algumas recomendações a fim de tornar o texto mais qualificado:

Primeiramente, seria adequado se posicionar abertamente que o trabalho em voga é do tipo artigo tecnológico, buscando articular de forma explícita e detalhada suas peculiaridades ao objeto em estudo / discussão no transcurso dos conteúdos expostos no artigo. Para tanto, sugere-se consultar o texto, e utilizá-lo, pelo menos como um checklist para tal revisão:

Motta, G. S. (2017). Editorial: - Como Escrever um Bom Artigo Tecnológico? . Revista de Administração Contemporânea, 21(5). <https://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac2017170258>

Tal leitura acima mencionada ajudará a aprofundar alguns aspectos relevantes, principalmente, mas não exclusivo, para fins de aprofundamento das conclusões do artigo.

Na introdução, caberia a definição e a distinção de inovação institucional de inovações democráticas, aspectos que se confundem em discussões sobre governança em conselhos. Esclarecer suas convergências e peculiaridades, inclusive situando o objeto em discussão, seria importante para o leitor observar tais diferenças. Ressalta-se que o cenário brasileiro de inovações democráticas não só é plural e vasto, com diferentes experiências espalhadas pelo território nacional, mas também apresenta um notável grau de institucionalização desde 1988. Cf: Vello, B. G. (2017). Inovação democrática e desconfiança: o controle das políticas públicas nos conselhos (dissertação de doutorado, Universidade de São Paulo).

Em termos conceituais, seria adequado situar o leitor as definições constitutivas dos principais termos relevantes tratados no artigo de forma a priori ou a posteriori a apresentação da técnica, ou esclarecer a ausência dessas definições no artigo. Seria pertinente, principalmente, expor a definição constitutiva do que consiste a governança participativa empoderada, para além da definição operacional exposta no artigo. Sobre definições, veja o trabalho de: Kerlinger, Fred N. (2009). Metodologia da Metodologia da pesquisa em ciências sociais pesquisa em ciências sociais. São Paulo: EPU/EDUSP.

Somado a isso, é necessário conceituar o que são e quais coletivos se enquadrariam como comunidades tradicionais, ao ponto de qualificar / justificar a escolha / pertinência das comunidades estudadas para fins do artigo.

Sobre o breve histórico do PEIC, caberia esclarecer ao leitor o que consiste a política nacional de unidades de conservação e de que forma algo dela se relaciona com a questão dos conselhos gestores, aspecto relevante do artigo. Vide: Lei Federal Nº 9.985/00 e Decreto Federal 4.340/2002 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Sobre o método, antes da análise pela técnica da decomposição binária (é recomendável uniformizar estes termos como técnica, e não método), o qual depende de forma preliminar da pesquisa documental para ser executado, o que não foi suficientemente esclarecido. Para o leitor leigo, parece que tudo começa pela técnica supramencionada, o que na prática não é verdadeiro, pois há a escolha, levantamento e manejo dos documentos cabíveis, para localizar os dados / conteúdos pertinentes, e assim proceder com o tratamento por meio das técnicas apontadas no artigo. Sobre Pesquisa / Análise Documental aplicada à Gestão e Políticas Públicas veja:

Silva, J. L. et al. (2020). Análise Documental Ilustrada em Administração Pública: uma Proposta Operacional (Re)Aplicável. Teoria E Prática Em Administração, 10(2), 23–41. <https://doi.org/10.21714/2238-104X2020v10i2-51394>

Garcia, M. O. et al. (2016). Usos da Pesquisa Documental em Estudos sobre Administração Pública no Brasil. Teoria E Prática Em Administração, 6(1), 41–68. <https://doi.org/10.21714/2238-104X2016v6i1-25211>

Além disso, (1) seria necessário esclarecer para o leitor, qual a técnica de análise de conteúdo pautada por Bardin foi aplicada ou se apresenta adequada para fins do objetivo do artigo. Parece a priori ser a técnica categorial, indicada por Bardin (2011); (2) como a técnica de decomposição dialoga / se conectou com a técnica de Análise de Conteúdo (AC) com base em Bardin para fins de operacionalização neste artigo?

Antes das conclusões, seria bem-vindo uma ilustração com um esquema sequencial ou fluxo síntese para indicar ao leitor de forma rápida o passo a passo da aplicação do método. Acrescenta-se a necessidade de expor as limitações, os fatores críticos de uso, e o alcance da técnica apresentada enquanto instrumento da governança pretendida.

Nas conclusões, é necessário expor de forma mais explícita as recomendações ou condicionantes de uso da técnica apresenta, bem como os requisitos ou condições necessárias, a priori, para que os usuários possam fazer um bom e adequado uso em termos de aplicação no mundo real.

Por fim, recomenda-se investir uma revisão linguística a fim de tornar o texto mais fluido, claro e concatenado, pois os parágrafos longos ao longo do texto tornam a leitura cansativa e as vezes confusa, exigindo do leitor paradas para releituras, que poderiam ser evitadas.

Additional Questions:

Does the manuscript contain new and significant information to justify publication?: Yes

Does the Abstract (Summary) clearly and accurately describe the content of the article?: Yes

Is the problem significant and concisely stated?: Yes

Are the methods described comprehensively?: No

Are the interpretations and conclusions justified by the results?: No

Is adequate reference made to other work in the field?: Yes

Is the language acceptable?: Yes

Does the article have data and / or materials that could be made publicly available by the authors?: Yes

Please state any conflict(s) of interest that you have in relation to the review of this paper (state “none” if this is not applicable).: Nenhum.

Rating:

Interest: 1. Excellent

Quality: 2. Good

Originality: 2. Good

Overall: 2. Good

Authors' Responses

Reviewer: 1

The authors' responses to the comments of Reviewer 1 for this round were omitted from this report, since the reviewer did not authorize the disclosure of his/her report.

Reviewer: 2

Recommendation: Major Revision

Comments and authors response:

O trabalho apresenta uma discussão relevante e contemporânea para problemas conhecidos com indicativos direcionados a melhoria do processo de governança pública sob um viés democrático e participativo. Nesse sentido, são apresentadas algumas recomendações a fim de tornar o texto mais qualificado:

Primeiramente, seria adequado se posicionar abertamente que o trabalho em voga é do tipo artigo tecnológico, buscando articular de forma explícita e detalhada suas peculiaridades ao objeto em estudo / discussão no transcurso dos conteúdos expostos no artigo. Para tanto, sugere-se consultar o texto, e utilizá-lo, pelo menos como um checklist para tal revisão: Motta, G. S. (2017). Editorial: - Como Escrever um Bom Artigo Tecnológico? . Revista de Administração Contemporânea, 21(5). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac2017170258>. Tal leitura acima mencionada ajudará a aprofundar alguns aspectos relevantes, principalmente, mas não exclusivo, para fins de aprofundamento das conclusões do artigo.

Autores: Foi realizada uma revisão robusta e profunda do texto a fim de especificar e pontuar de forma mais clara os objetivos práticos do “artigo tecnológico”. Como sugerido, fizemos a menção clara ao tipo de artigo esperado. Destacamos:

1) Página 4: “Como podemos melhorar a análise das atas dos conselhos a fim de aprimorar o design institucional destes espaços no sentido de potencializar seus processos de deliberação, participação e empoderamento de comunidades tradicionais? É para este propósito que este artigo, do tipo tecnológico, está direcionado.”

Na introdução, caberia a definição e a distinção de inovação institucional de inovações democráticas, aspectos que se confundem em discussões sobre governança em conselhos. Esclarecer suas convergências e peculiaridades, inclusive situando o objeto em discussão, seria importante para o leitor observar tais diferenças. Ressalta-se que o cenário brasileiro de inovações democráticas não só é plural e vasto, com diferentes experiências espalhadas pelo território nacional, mas também apresenta um notável grau de institucionalização desde 1988. Cf: Vello, B. G. (2017). Inovação democrática e desconfiança: o controle das políticas públicas nos conselhos (dissertação de doutorado,

Universidade de São Paulo).

Autores: Após a leitura esclarecedora de Vello, identificamos que de fato havia de fato confusão sobre os conceitos de “inovação democrática” e “inovação institucional”. Após reflexão coletiva, optamos por suprimir o conceito de “inovação democrática”, uma vez que o foco do artigo não é desenvolver e apresentar um estudo de caso empírico que ilustre o conceito, mas sim uma técnica que pode ser usada para a melhoria do design institucional de espaços de participação social. Optamos por suprimir o conceito de “inovação institucional”, pelo mesmo motivo. Focamos o texto na discussão sobre o “design institucional”, adensando a literatura sobre o tema, ainda na sessão “1. INTRODUÇÃO”.

Em termos conceituais, seria adequado situar o leitor as definições constitutivas dos principais termos relevantes tratados no artigo de forma a priori ou a posteriori a apresentação da técnica, ou esclarecer a ausência dessas definições no artigo. Seria pertinente, principalmente, expor a definição constitutiva do que consiste a governança participativa empoderada, para além da definição operacional exposta no artigo. Sobre definições, veja o trabalho de: Kerlinger, Fred N. (2009). Metodologia da Metodologia da pesquisa em ciências sociais pesquisa em ciências sociais. São Paulo: EPU/EDUSP. Somado a isso, é necessário conceituar o que são e quais coletivos se enquadrariam como comunidades tradicionais, ao ponto de qualificar / justificar a escolha / pertinência das comunidades estudadas para fins do artigo.

Autores: A referência apresentada pelo revisor foi extremamente útil para a reflexão dos autores quanto a este (e outros) artigo. Buscamos dar conta desta sugestão ainda na sessão “1. INTRODUÇÃO”. Destacamos:

1) Página 3: “A governança participativa empoderada (GPE) colabora nesta direção, afirmando que a falta da capacidade das democracias liberais em resolver problemas em resposta às demandas populares, conecta-se à problemas de design institucional. A GPE busca compreender e analisar quais os designs institucionais são capazes de aprofundar a maneira pela qual pessoas comuns podem “effectively participate in and influence policies which directly affect their lives” (FUNG; WRIGHT, 2003, 5p.). Segundo os autores:

“we call this reform family Empowered Participatory Governance (EPG). They are participatory because they rely upon the commitment and capacities of ordinary people to make sensible decisions through reasoned deliberation and empowered because they attempt to tie action to discussion.” (FUNG; WRIGHT, 2003, 5p.)

A GPE foca em ações relacionadas à resolução de problemas práticos de interesse público que se apoia em processos deliberativos que envolvam os cidadãos comuns e os oficiais governamentais. Os estudos de GPE são apoiados análise empírica de design institucionais que permitem a tomada de decisão e o poder de implementação em unidades locais de ação, que embora não sejam autônomas, combinam instituições multiníveis para angariar recursos, resolver problemas e difundir inovação e aprendizagem. O design institucional das práticas GPE transformam as instituições estatais e reestruturam a burocracia administrativa do estado na direção de grupos de deliberação autorizados pelos técnicos do estado (FUNG; WRIGHT, 2003).”

Sobre o breve histórico do PEIC, caberia esclarecer ao leitor o que consiste a política nacional de unidades de conservação e de que forma algo dela se relaciona com a questão dos conselhos gestores, aspecto relevante do artigo. Vide: Lei Federal Nº 9.985/00 e Decreto Federal 4.340/2002 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Autores: Tentamos suprir esta lacuna, reestruturando toda a sessão sobre o histórico do PEIC. Adicionamos um parágrafo inteiro que acreditamos atender a esta necessidade. Destacamos:

1) Página 5: “Estas discussões refletiram na aprovação da lei nº 9985/2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) resultado da institucionalização destas disputas no âmbito do estado brasileiro. O SNUC consolidou e definiu no Decreto federal nº 4340/2002, as unidades de conservação de uso sustentável (UCS), que garantem o direito de uso e ocupação do território por comunidades tradicionais em modelos como as Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentáveis, corroborando com o paradigma socioambiental; e as áreas de conservação de proteção integral (UCI), como Parques, Reservas Naturais, entre outras, destinadas à preservação da natureza de acordo com o paradigma preservacionista. As UCS teriam seus conselhos deliberativos atuantes na gestão da área protegida, permitindo que a tomada de decisão sobre a gestão fosse tomada de forma coletiva durante as reuniões do conselho, enquanto às UCI abriram espaço de aconselhamento, mas não de deliberação sobre a gestão, cabendo ao Estado a decisão final sobre os rumos da gestão (SESSIN-DILASCIO, 2014).”

Sobre o método, antes da análise pela técnica da decomposição binária (é recomendável uniformizar estes termos como técnica, e não método), o qual depende de forma preliminar da pesquisa documental para ser executado, o que não foi suficientemente esclarecido. Para o leitor leigo, parece que tudo começa pela técnica supramencionada, o que na prática não é verdadeiro, pois há a escolha, levantamento e manejo dos documentos cabíveis, para localizar os dados / conteúdos pertinentes, e assim proceder com o tratamento por meio das técnicas apontadas no artigo. Sobre Pesquisa / Análise Documental aplicada à Gestão e Políticas Públicas veja: Silva, J. L. et al. (2020). Análise Documental Ilustrada em Administração Pública: uma Proposta Operacional (Re)Aplicável. Teoria E Prática Em Administração, 10(2), 23–41. <https://doi.org/10.21714/2238-104X2020v10i2-51394>

Garcia, M. O. et al. (2016). Usos da Pesquisa Documental em Estudos sobre Administração Pública no Brasil. Teoria E Prática Em Administração, 6(1), 41–68. <https://doi.org/10.21714/2238-104X2016v6i1-25211>

Além disso, (1) seria necessário esclarecer para o leitor, qual a técnica de análise de conteúdo pautada por Bardin foi aplicada ou se

apresenta adequada para fins do objetivo do artigo. Parece a priori ser a técnica categorial, indicada por Bardin (2011); (2) como a técnica de decomposição dialogal / se conectou com a técnica de Análise de Conteúdo (AC) com base em Bardin para fins de operacionalização neste artigo?

Autores: A literatura indicada foi muito pertinente e contribuiu enormemente para aprofundarmos a reflexão sobre a técnica. Reescrevemos toda a sessão “2. MÉTODO” descrevendo de maneira mais clara a “análise documental” (DA SILVA; EMMENDOERFER, 2020; RODRIGUES et al., 2016) e a “análise de conteúdo categorial” (BARDIN, 2011), assim como outros elementos analíticos de interesse. Ainda, uniformizamos o termo para “técnica de decomposição binária”.

Antes das conclusões, seria bem-vindo uma ilustração com um esquema sequencial ou fluxo síntese para indicar ao leitor de forma rápida o passo a passo da aplicação do método. Acrescenta-se a necessidade de expor as limitações, os fatores críticos de uso, e o alcance da técnica apresentada enquanto instrumento da governança pretendida.

Autores: Incluímos a sessão “4. SOBRE A TÉCNICA DE DECOMPOSIÇÃO BINÁRIA”. A sessão 4 pretende esclarecer de maneira pedagógica “os passos dados e os méritos desta técnica em relação a outras metodologias” e sobre como a “explicação de como design institucional e prática deliberativa são privilegiados por esta metodologia”. Buscamos atender à sugestão do revisor “expondo limitações” e “os fatores críticos de uso, e o alcance da técnica apresentada enquanto instrumento da governança pretendida”.

Nas conclusões, é necessário expor de forma mais explícita as recomendações ou condicionantes de uso da técnica apresentada, bem como os requisitos ou condições necessárias, a priori, para que os usuários possam fazer um bom e adequado uso em termos de aplicação no mundo real.

Autores: Refizemos toda sessão de conclusão para atender a esta sugestão de: “técnica detalhada pode ampliar as possibilidades analíticas e compreensivas de um pesquisador”, buscando estabelecer brevemente o paralelo com a pesquisa documental convencional. Buscamos também responder sobre quais “requisitos e condições” são necessários para se fazer o uso adequado desta técnica em sua aplicação no mundo real, remetendo também à sessão “4. SOBRE A TÉCNICA DE DECOMPOSIÇÃO BINÁRIA”. Para mais detalhes vide sessão “5. CONCLUSÃO”.

Por fim, recomenda-se investir uma revisão linguística a fim de tornar o texto mais fluido, claro e concatenado, pois os parágrafos longos ao longo do texto tornam a leitura cansativa e as vezes confusa, exigindo do leitor paradas para releituras, que poderiam ser evitadas.

Autores: Foi realizada a revisão do texto por revisor terceira parte.

ROUND 2

Reviewer 1 report

Reviewer: Magnus Luiz Emmendoerfer

Date review returned: March 19, 2022

Recommendation: Accept

Comments to the authors

O artigo tecnológico atendeu as solicitações recomendadas de forma satisfatória no artigo corrigido. Porém, caso prossiga no processo visando a publicação, ainda necessita de uma nova revisão, pois há ainda alguns problemas pontuais, por exemplo, a formatação e o sequenciamento das citações e das referências não estão de acordo com as diretrizes para autores (no caso formato APA), no texto corrigido enviado encontra-se ainda em ABNT.

Additional Questions:

Does the manuscript contain new and significant information to justify publication?: Yes

Does the Abstract (Summary) clearly and accurately describe the content of the article?: Yes

Is the problem significant and concisely stated?: Yes

Are the methods described comprehensively?: Yes

Are the interpretations and conclusions justified by the results?: Yes

Is adequate reference made to other work in the field?: Yes

Is the language acceptable?: Yes

Does the article have data and / or materials that could be made publicly available by the authors?: Yes

Please state any conflict(s) of interest that you have in relation to the review of this paper (state "none" if this is not applicable).: nenhum

Rating:

Interest: 1. Excellent

Quality: 2. Good

Originality: 1. Excellent

Overall: 1. Excellent

Reviewer 2 report

Reviewer 2 for this round chose not to disclose his/her review report.

Authors' Responses

Reviewer: 1

Recommendation: Accept

Comments:

O artigo tecnológico atendeu as solicitações recomendadas de forma satisfatória no artigo corrigido. Porém, caso prossiga no processo visando a publicação, ainda necessita de uma nova revisão, pois há ainda alguns problemas pontuais, por exemplo, a formatação e o sequenciamento das citações e das referências não estão de acordo com as diretrizes para autores (no caso formato APA), no texto corrigido enviado encontra-se ainda em ABNT.

> Corrigido de Acordo. Utilizamos o documento "Breve resumo das normas da APA", disponibilizado no site da RAC, como referência para a correção da noema.

Reviewer: 2

The authors' responses to the comments of Reviewer 2 for this round were omitted from this report, since the reviewer did not authorize the disclosure of his/her report.